

Notas e Informações

Nem só de choques vive a economia

Algo estranho paira sobre a economia brasileira: todos estão pedindo e esperando um "choque", como se de algumas das medidas anunciadas com grande alarde e encenação pudesse resultar, repentinamente, o milagre. Na realidade, o que se procura com tal pedido é apenas um álibi, uma vez que o que o Brasil requer, efetivamente, é uma boa política, compulsoriamente acompanhada de alguns sacrifícios. Tal perspectiva talvez não se enquadre bem no espírito natalino, mas urge saber, uma vez por todas, que não existem situações milagrosas. Com muita oportunidade, aliás, o professor Affonso Celso Pastore citou, em recente artigo, o subtítulo do conhecido filme de Stanley Kubrick, o *Doutor Fantástico*: "Como aprendi a não me preocupar e até mesmo a gostar da bomba"...

Estamos realmente diante de uma situação preocupante, que o próprio governo reconhece ante uma OTN fiscal que prevê para dezembro inflação de 28,5% (um tanto otimisticamente, segundo alguns analistas). É evidente que, ao encarar esta perspectiva, que o mercado projeta com alta para o primeiro mês de 1989, o governo não pode ficar passivo. O perigoso seria recorrer apenas a medidas espétaculosas, que poderão iludir durante um ou dois meses, para depois resultar num patamar de inflação ainda maior. A política econômica, na realidade, deve cerca-se de longa paciência: os seus resultados poderão ser discretos, mas somente serão eficientes se o governo puder convencer os agentes econômicos de que estamos caminhando na boa direção.

Até agora, tem sido de bom tom ridi-

cularizar a política de "feijão-com-arroz", embora esta, efetivamente, não tenha passado ao terreno da aplicação: os ministros da área permaneceram passivos por não dispor nem do apoio do presidente Sarney, ao qual não agradam medidas amargas, nem do respaldo do Congresso, o qual, embora investido de novos poderes, só tem agido, até o momento, de maneira simplesmente irracional. Não se trata, portanto, de clamar por "choque já!", mas de "política econômica já!", ante o reconhecimento de que não se poderá superar a crise sem sacrifícios.

Para nós, a adoção de uma nova política de indexação, ou, se se preferir, de desindexação, não deve ser interpretada como um choque, mas como uma das medidas que a situação ora exige. O perigo, ao se dar destaque a tal providência, é o de fazer crer que com ela tudo se resolverá, quando, na verdade, se atacam apenas as consequências, e não as causas. É a mesma ilusão que nos cega quando pensamos que bastará decretar uma moratória para a dívida externa para que cessem, a um estalar de dedos, as nossas dificuldades. Não se pode negar que de um alívio do serviço da dívida poderia resultar efeitos positivos, desde que, todavia, se adotassem medidas internas mais profundas. Assim como é indispensável acabar com automatismos que mantêm a inflação insensível a fatores de queda. Nesse sentido, pode-se admitir que a chamada indexação (que na realidade continua a fundamentar-se em previsões futuras e não mais na "realidade" passada) é imprescindível nesta fase da economia.

Não se pode esquecer, porém, que só se

vencerá a batalha antiinflacionista com a adoção de medidas as mais ortodoxas. Se temos a coragem de reconhecer a necessidade da desindexação, obrigamo-nos a abandonar a idéia de um déficit operacional que outra coisa não é senão um déficit desindexado para ocultar a realidade de um vultoso déficit nominal. O objetivo deve ser a drástica redução de tal déficit com vistas à prática de uma política monetária que inclua não só as emissões de moeda, mas também as de títulos da dívida pública. Não podemos, porém, pretender a eliminação *ex abrupto* desse déficit nem tampouco evitar do dia para a noite emissões de moeda ou de quase-moeda: o que cumpre é reduzi-los, a ambos. Todavia, se para chegarmos a tal objetivo pensarmos apenas na redução do superávit da balança comercial, iremos talvez agravar a situação cambial e reduzir o nível de atividade, sem que se elimine a inflação. Desde, porém, que se reduza a emissão de títulos para cobrir o déficit do setor público, poder-se-á enxugar o excesso de liquidez decorrente do superávit da balança comercial através da colocação de títulos.

Nas últimas semanas, algumas medidas foram tomadas para reordenar a política monetária, cumprindo entretanto implementá-las e ampliá-las. A batalha contra a inflação será ganha no dia em que os agentes econômicos estiverem convencidos de que o governo aplica uma política lógica e coerente. Não se precisará então recorrer ao vocabulário da psiquiatria para salvar um país que, embora desatinado, não o é a ponto de exigir a repetição de "choques"...